



DL-01

Ses. Esp. 23/11/12

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em homenagem ao Dia Nacional do Conselho Tutelar, proposta pela deputada que preside esta sessão, eu, Maria del Carmen.

Convido para compor a Mesa a Sr^a Promotora de Justiça Izabel Cristina Vitória Santos, representando o Ministério Público do Estado da Bahia; a Sr^a Defensora Pública Hélia Barbosa, representando a Defensora Pública Geral, Maria Célia Padilha; o Sr. Tenente Hélio, representando o Comandante da Base Aérea de Salvador, Coronel Maurício Sampaio; o Sr. Tenente-Coronel Paulo César, representante do Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Alfredo Castro; o Sr. Assistente Jurídico do Menor, Marcel Mariano, representante da Juíza Titular da 1^a Vara da Infância e da Adolescência, Karla Adriana Barnuevo de Azevedo; o meu querido amigo e colega Secretário Executivo do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Normando Batista; a Sr^a Secretária de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, Maria Moraes de Carvalho Mota, que representa o Governador Jaques Wagner; a Sr^a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Auristela Leal.

Por último, convido a responsável por esta sessão especial, a Sr^a Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares e Ex-Conselheiros do Estado da Bahia, Antônia Luzia.

Convido todos os presentes a cantar o o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional.) (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmem):- Inicialmente, quero agradecer a presença de todos e de todas nesta Casa do Povo, local onde se aprovam as leis de nosso Estado.



Tenho uma história construída ao longo da minha vida muito próxima da área da criança e do adolescente, secretária Mara. Tive o privilégio de ter sido, apesar de ser engenheira, a primeira secretária de Ação Social do Município de Salvador.

Já se vão muitos anos quando, na reforma administrativa, me foi dito que, se eu não aceitasse ocupar essa Secretaria de Ação Social, ela não seria criada naquele momento. E eu dizia: “Sou engenheira, não sou assistente social, nem socióloga, nem psicóloga, não sou da área”. Aí disseram: “Mas a gente quer que você assuma essa secretaria”.

Como eu vinha trabalhando em um projeto comunitário de relação com os movimentos sociais da cidade, com o movimento popular organizado, acabei aceitando o desafio.

Foi exatamente no momento em que se estava travando o grande debate em torno do Estatuto da Criança e do Adolescente, que acabou sendo aprovado. Quando esse estatuto foi promulgando, em julho de 1990, eu era secretária de Ação Social desta cidade. E uma das primeiras ações que realizamos, logo depois que isso aconteceu, foi criar o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Por eleição dos pares desse conselho, fui eleita sua presidenta. Recordava agora com Normando que ele, me parece, estava naquele conselho, assim como Hélia, que lá representava o Cedeca.

Naquela oportunidade, aprovamos uma lei para criar três conselhos tutelares. O município ainda não tinha as condições ideais naquele momento – na verdade, acho que não tem até hoje – para criar os três, mas implantamos um deles ainda na minha gestão à frente da secretaria. E isso me fez ter uma relação muito forte com a área da criança e do adolescente.

Os tempos passaram, virei deputada, depois voltei para a área de engenharia, fui superintendente de Manutenção da Cidade, secretária de Infraestrutura, depois passei um bom período fora da política. Enfim, enveredei de novo pela área do desenvolvimento urbano, da engenharia. Mas no sentimento sempre estive muito próxima dessa área, porque não tenho dúvida de que cuidar das nossas crianças e dos nossos adolescentes é cuidar do nosso futuro, é cuidar do legado que vamos ter que deixar para as gerações futuras.



Acho que o Estatuto da Criança e do Adolescente foi um marco importante naquele momento, mais importante lá atrás quando os movimentos sociais se organizaram, se movimentaram, se mobilizaram para garantir e assegurar o cumprimento da Constituição Cidadã através das primeiras orientações, os seus artigos 204 e 227, que estabelecem toda a orientação, toda a diretriz e mais tarde o ECA fosse criado, e no ECA criados os conselhos tutelares e os conselhos de direitos das crianças e dos adolescentes em todos os níveis.

Então, avançamos nesses 22 anos de existência do ECA. Normando acabava de me dizer que só faltam 12 municípios, entre todos os municípios brasileiros, para que a gente tenha implementados os conselhos da criança e do adolescente, os conselhos tutelares. Mas as condições para trabalhar, para exercer a função na plenitude que é necessária, para garantir de fato o que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, dando a garantia para os conselheiros tutelares no cumprimento da política de atendimento à criança e ao adolescente, ainda está muito longe do que a gente possa alcançar, haja vista o que aconteceu no ano passado em Salvador quando os conselheiros tutelares tiveram os seus mandatos prorrogados, não houve convocação para eleição, houve problemas na primeira convocatória.

Então, creio que a ideia instada pelos conselheiros tutelares para fazer esta sessão especial é exatamente para, não só homenagear todos os conselheiros tutelares pelo papel importante e relevante que vocês realizam na sociedade como também para que tivéssemos oportunidade de chamar a atenção, mais uma vez, sobre o tema da criança e do adolescente nesta Casa, para que possa ter a repercussão e a reverberação necessárias para esse tema. Ainda estamos muito longe de garantir todos os direitos que estão estabelecidos no Estatuto.

Estive nesta Casa de 95 a 99, e aqui fizemos a primeira – Dr^a Hélia se recorda, porque ela presidia o Cedeca naquela época – audiência pública sobre a questão da violência sexual contra a criança e o adolescente. Foi a primeira vez que fizemos isso aqui na Assembleia Legislativa.

Eu saio da política durante esses anos todos, volto, e não mudou a realidade. O que a gente percebe, observa, sente, é que não houve mudanças. Os instrumentos existem,



temos uma lei supermoderna, das mais avançadas do mundo, temos instrumentos estabelecidos, temos conselhos tutelares, mas a realidade concreta não se modificou. Talvez até, como disse Hélia aqui agora, seja pior do que naquele momento, até pelo próprio avanço da sociedade, não no sentido positivo, mas no sentido mais negativo.

Hoje, então, é dia de comemorar e celebrar com vocês esta data para ressaltar a importância do papel que vocês, conselheiros tutelares presente, exercem. A ideia é homenageá-los por este relevante serviço, porque é um serviço de doação, dedicação, e vontade de servir ao próximo. Aliás, assim são todos os trabalhos feitos pelos movimentos sociais, pelos movimentos populares que se doam, que se entregam para estar nesta luta. Mas, também, é importante que seja este um momento de reflexão e de chamar a atenção da sociedade para a sua responsabilidade.

O estatuto diz que cuidar e zelar das nossas crianças é responsabilidade da família, do poder público, mas, também, da sociedade e da comunidade onde a criança vive. Portanto este momento é, também, para chamar a atenção para todo este papel. Acho que muitos ainda não o conhecem de perto. Às vezes, muitos gestores públicos não conhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente com profundidade, não conhecem qual é o papel dos conselheiros, sejam eles membros do Conselho de Direito ou sejam eles membros do Conselho Tutelar.

Temos de tentar buscar os instrumentos para fazer com que isso possa chegar, porque, com certeza, se mais gente pudesse estar engajado, mais facilmente teríamos de estar garantindo diversos direitos a essas crianças e adolescentes.

Então cada vez que vemos essas nossas crianças nas ruas, cada vez que vemos uma criança vítima de violência, quando vemos as drogas como assolam, quando vemos os jovens na sala de aula, adolescentes sendo violentados ou vítimas de violência, inclusive entre eles, constatamos o quanto precisamos avançar.

Então quero parabenizar, particularmente, cada um e cada uma dos conselheiros tutelares presentes nesta manhã. Ao mesmo tempo, reafirmo a importância do trabalho de vocês com os relevantes serviços prestados por vocês.

Coloco, mais uma vez, o nosso mandato a essa disposição.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

Ouviremos, agora, o depoimento de vivência no atendimento do Conselho Tutelar por Tairene das Virgens dos Santos.



4282-II

Ses. Esp. 23/11/12

Or. Tairene das Virgens dos Santos

Dia Nacional do Conselheiro Tutelar.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Ouviremos, agora, o depoimento de vivência no atendimento do Conselho Tutelar por Tairene das Virgens dos Santos. (Palmas)

A Sr^a TAIRENE DAS VIRGENS DOS SANTOS:- Bom-dia. Estou aqui para falar o quanto o Conselho Tutelar é importante em minha vida. Após o falecimento de minha avó, a minha mãe entrou em depressão e ficou pelas ruas com meu irmão, que possui transtornos mentais e cata lixo por todos os lugares. Ela entupia a casa de lixo. Os vizinhos pensaram, até, em chamar a imprensa. Não tive apoio de minha família. Foi quando Deus tocou no coração da esposa do tio da minha mãe e ela foi procurar o Conselho Tutelar.

Chegando lá, ela foi muito bem atendida pelo conselheiro Jailton que deu total apoio no momento em que eu mais precisava e no momento em que eu não tinha mais esperança. Ele solicitou o abrigamento de meu irmão e realizou um mutirão para a retirada do lixo. Em seguida, ele me encaminhou para vários projetos como para o serviço social do Cradis que, infelizmente, hoje em dia, não existe mais – isso é uma grande pena – e para o serviço social do CSU, onde me encontro atualmente fazendo curso.

Só tenho a agradecer ao Conselho Tutelar. Ainda bem que o governo criou isso, porque não sei o que seria da criança e do adolescente se não existisse este órgão.

Conselho Tutelar, obrigada por existir e parabéns pelo sua dia!

(Não foi revisto pela oradora.)



4283-II

Ses. Esp. 23/11/12

Or. Isabel Cristina Vitória Santos

Dia Nacional do Conselheiro Tutelar.

O Sr. PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Obrigada, Tairine, pelo seu belo depoimento.

Passaremos a palavra aos membros desta Mesa, iniciando pela Dr^a Isabel Cristina Vitória Santos, promotora de justiça que representa o Ministério Público da Bahia, por 5 minutos.

A Sr^a ISABEL CRISTINA VITÓRIA SANTOS:- Exm^a Deputada Estadual Maria del Carmen, em nome de quem saúdo todos os integrantes da Mesa; Sr^a Antônia Luzia Santos, presidente da Associação de Conselheiros Tutelares, em nome de quem saúdo todos os conselheiros, suplentes, amigos e demais presentes.

Inicialmente, gostaria de dar os parabéns aos conselheiros tutelares, que aqui foram muito elogiados por uma adolescente que passou pelo atendimento do Conselho Tutelar e ressaltou a importância desse órgão junto à sociedade e junto à defesa das crianças e dos adolescentes. Sinto-me muito prestigiada por estar nessa Promotoria da Infância e Juventude, a 3^a Promotoria de Justiça, que é quem faz o acompanhamento das ações, dos conselheiros tutelares em Salvador e em Madre de Deus.

Iniciei os meus trabalhos em Salvador no ano passado, alguns me conhecem, está fazendo um ano agora no mês de novembro que comecei as minhas atividades junto a essa promotoria, e na ocasião cheguei exatamente no momento de efervescência da eleição de conselhos tutelares. Essa eleição não chegou a um processo de escolha, não chegou a completar um ano porque assumi um compromisso comigo, na época com o CNDCA, na ocasião Auristela era vice-presidente e Renildo, presidente, e com o município, através do Dr. Ocimar, de que iríamos realizar essa eleição antes de terminar o ano e assim o fizemos, no dia 4 de dezembro de 2011.



No mês de julho do corrente ano, os senhores foram empossados na nobre função de conselheiros tutelares, e a partir de então se deparam com algumas dificuldades para efetivação do trabalho de vocês. O Ministério Público não está silente com todas as demandas que têm sido feitas pelos conselheiros tutelares que estão com falta de estrutura.

Ontem, recebi uma carta, uma representação de um conselheiro, do Conselho Tutelar 6, manuscrito, significando que não deixou de cumprir o seu dever de representar, de comunicar fatos violadores dos direitos das crianças e dos adolescentes, ainda que não tivesse um computador para redigir a sua representação. Então, essa representação foi feita manuscrita, recebida e autuada no Ministério Público.

Então, gostaria de utilizar o curto tempo que tenho aqui para falar, para fazer voz uníssona com os Srs. Conselheiros no sentido de que lutaremos com todos vocês para que o município estruture os conselhos tutelares, para que os senhores possam trabalhar com o mínimo de estrutura necessária para que possam cumprir todas as diligências necessárias ao atendimento das crianças e adolescentes.

O Ministério Público, no ano de 2009, exerceu algumas ações junto com o município, várias reuniões, várias audiências públicas, no sentido de fazer com que o município estruturasse esses conselhos e criasse mais novos conselhos. Na ocasião, existiam 13 conselhos tutelares funcionando em Salvador e por esse termo esse conselho aumentou para o número de cinco. No entanto, no que diz respeito a estruturação, essa cláusula não foi cumprida, o que levou o Ministério Público a ingressar com a execução desse Termo de Ajustamento de Conduta junto a 1ª Vara da Infância e da Juventude. Após algumas suscitações de negativa de conflito por parte do juiz da 1ª Vara que afirmava que esse não seria o juízo competente para julgar a ação, essa ação foi enviada para a Vara da Fazenda Pública. A Vara da Fazenda Pública, da mesma maneira, achou que não seria sua para o processamento e julgamento, e a ação foi enviada ao Tribunal de Justiça que decidiu, finalmente, que a competência seria da 1ª Vara.

Então, estamos com essa ação, estamos lutando junto a 1ª Vara para que, finalmente, essa ação seja julgada, o que não prejudica que façamos reuniões com a nova



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

gestão municipal que vai tomar posse no dia 1º de janeiro de 2013 para que, finalmente, os senhores possam trabalhar com estruturas dignas da necessidade do atendimento da criança e do adolescente e digna também da função primordial e da nobre função que é a de ser conselheiro tutelar.

Muito obrigada. (Palmas)

A Srª PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Obrigada, Drª Isabel.

(Não foi revisto pela oradora.)



4284-II

Ses. Esp. 23/11/12

Or. Marcel Mariano

Dia Nacional do Conselheiro Tutelar.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Convido o Sr. Marcel Mariano, assessor jurídico da 1^a Vara da Infância e da Juventude, representando o Exm^a Sr^a Juíza Karla Adriana Barnuevo de Azevedo, para fazer uso da palavra pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCEL MARIANO:- Ilm^a Deputa Maria del Carmen que preside esta sessão especial, na pessoa de quem saúdo todos os membros que compõe a digna Mesa desta sessão especial. Hoje, pela manhã, o nobre desembargador Salomão Resedá me pediu também que eu o representasse. Ele foi havia sido convidado, mas surgiram impedimentos, aqui pertinho, no Tribunal de Justiça, algumas reuniões e sessões especiais, e pediu que eu o representasse, rogando desculpas pela ausência dele, até porque ainda vai fazer um ano que o atual desembargador foi titular da 1^a Vara da Infância e da Juventude. Ele foi o titular por 16 anos, anos esses que eu o acompanhei na condição de assessor.

No ano findo, quando ele foi galgado a condição de desembargador da Corte de Justiça Estadual, ele nos fez um convite para acompanhá-lo na condição de assessor, e eu aguardei três meses para dar uma resposta. Quando ele tomou posse em janeiro, lá para o mês de fevereiro ele voltou a me procurar perguntando se eu desejava segui-lo para o Tribunal de Justiça. Eu fui franco com ele, ao dizer que, depois de 16 anos na 1^a Vara da Infância e da Juventude, eu estava absolutamente contaminado pela luta em favor da criança e do adolescente, e rogava a ele desculpas por não acompanhá-lo para redigir acórdãos na Corte Estadual, preferindo ficar na luta da Vara da Infância e da Juventude e acompanhar de perto estes dias tumultuados que estamos vivendo, em que estamos todos nós, os diversos parceiros presentes a esta sessão, trabalhando para tornar a infância e a juventude semente de hoje na árvore dadivosa de amanhã.



Como dizia Tancredo de Almeida Neves, o saudoso presidente que ganhou a eleição, mas não governou: A infância e a juventude de um País é a sua melhor matéria-prima. Se danificada, qual será o produto que vai se sair de uma matéria-prima contaminada.

Então, Conselhos Tutelares, Poder Judiciário que desde de ontem possui um novo presidente, um homem preparado, o Ministro Joaquim Barbosa, de alto coturno e alta densidade de conhecimento para presidir a mais alta Corte do País. A função nobre do Ministério Público, este fiscal implacável dos desmandos que tomam conta desta Nação. O trabalho do CMDCA, agora a cidade contando com 18 conselhos tutelares, mas não basta ter números, na nossa opinião é preciso que os conselhos tutelares sejam 18, 8, 28 ou 108 tenham estrutura para funcionar numa cidade que está beirando a três milhões de habitantes, que o ano que vem será sede da Copa das Confederações e em 14, a Copa do mundo.

Mas independente desses eventos que são sazonais, é a terra de todos nós onde perambulam milhares de crianças e adolescentes nas nossas ruas, vítimas dos mais hediondos maus tratos de padrastos, de pai, de mãe, da sociedade, da impunidade de automóveis e motos, da guerra do tráfico, do toque de recolher que Pernambués está vivendo e que precisamos lutar juntos formando parceria.

Dessa maneira, o dia é muito nobre ser recordado. E eu recorro para finalizar uma pequena fábula para parabenizar o Conselho Tutelar. “Numa lagoa viviam uma serpente e um pirilampo. E no dia em que o pirilampo passou em frente da serpente, esta deu lhe o bote, o pirilampo safou-se. Ele dobrou a serpente, ela deu outro bote e quase que o mata. O pirilampo pousou numa planta que estava próxima, olhou para a serpente e perguntou: dona serpente, eu fiz alguma coisa contra a senhora? Não. Faço parte da sua cadeia alimentar? Não. E por que a senhora quer me destruir? Por que você brilha”(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



4285-II

Ses. Esp. 23/11/12

Or. Hélia Barbosa

Dia Nacional do Conselheiro Tutelar.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmem):- Passo a palavra a Dr^a Hélia Barbosa, Defensora Pública do Estado da Bahia que representa a Dra. Maria Célia Padilha, Defensora Pública Geral. Amiga, batalhadora da questão da criança e do adolescente, incansável.

A Sr^a HÉLIA BARBOSA:- Bom dia, bom dia à querida deputada Maria del Carmem, apesar de estarmos na Mesa com a representante do Sr. Governador do Estado, portanto, uma autoridade maior em nosso Estado, mas nesta Casa, peço-lhe permissão, secretária Mara, para cumprimentar todos, não poderia deixar de sê-lo, eu pessoalmente, a deputada Maria del Carmem, pela amizade, pelo respeito, pela admiração por já ter sido, inclusive, muito homenageada por ela, presente em todos os nossos momentos de muitos anos atrás, como ela mesma já relatou.

E quero cumprimentar, especialmente, meus queridos amigos conselheiros e conselheiras tutelares, parabenizá-los pelo dia e dizer da importância desta solenidade, desta sessão pública. E por isso, também, agradecer-lhe deputada, porque esse é um ato de reconhecimento do trabalho desses atores sociais, agentes políticos, criados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para, em nome da sociedade, zelar pelos direitos e pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

É muito responsabilidade. É uma atividade sublime que o Estatuto atribui através da doutrina da proteção integral ao destruir a doutrina da situação irregular, aquela tão difícil, que não dê garantia, mas que ainda, infelizmente, Sra. Deputada, é aplicada no País por muitos operadores do Direito.

Então, ao colocar a gente há de indagar: por que o legislador estatutário haveria de criar um órgão com essa competência permanente, com autonomia e considerado uma autoridade nos limites de suas competências? Será que é importante, além de todo o sistema de justiça e de garantia de direitos criar o conselho tutelar?



Eu entendo que é uma inteligência do estatuto sim, porque ao retirar essa função de tutela do magistrado, que tem uma função meramente judicante, faz com que possibilite um acesso mais próximo das crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, vulnerabilidades. Foi nesse sentido de permear um compromisso através desses atores junto aos problemas que estão em todos os cantos das cidades e poder resolvê-los como retaguarda, inclusive, do sistema de justiça para minimizar as ações que a toda hora chegam ao Poder Judiciário.

Por isso eles precisam, como foi dito aqui, de infraestrutura. Eles precisam de apoio. Eles precisam de orientação. Eles precisam de amparo. Eles precisam do nosso calor, do nosso aconchego, da nossa compreensão, nós que temos uma formação do direito, nós operadores da justiça, de chegar a eles e dar a eles essa orientação, porque interpretar a lei não é uma coisa fácil. Nós que aprendemos isso nos bancos da faculdade temos dificuldade, saber o que o legislador quer com aquele artigo, qual o espírito daquela lei, daquele dispositivo, como devo aplicá-lo ou não, como devo fazer uma intervenção se eu entendo que não está sendo aplicado?

E o ECA atribuiu aos conselhos tutelares uma gama de competências, e agora as outras leis também, como é a questão do Sinase, a lei do atendimento nacional de medidas sócio-educativas, que inclusive dão a eles, os conselhos tutelares, junto com o juiz, com o Poder Judiciário, com o Ministério Público e a Defensoria Pública de acompanhar e avaliar toda a gestão do sistema sócio-educativo, entre tantas outras competências que a gente tem.

Então, eu acho que é muito importante, devemos sempre estar chamando a atenção das autoridades e da sociedade para a competência e a importância e relevância do papel dos conselheiros tutelares dentro da estrutura do estatuto.

Nós, da Defensoria Pública, e aqui peço desculpas pela ausência da doutora Maria Célia Neri Padilha, defensora-geral do Estado, porque neste momento está em Brasília participando da reunião do colegiado de defensores públicos gerais que não pode deixar de estar presente, não é que não seja importante, mas já estava previamente agendada e só assim também as defensorias crescem.



E também pedir aplausos para a Defensoria Pública, deputada (palmas) porque conseguimos a aprovação, finalmente, do artigo na lei 101 que vai assegurar, embora por determinado tempo, a independência e autonomia financeira da Defensoria Pública. Finalmente conseguimos, no Congresso Nacional, o reconhecimento de que sem recursos nós não podemos avançar, a nossa autonomia um pouco, dependendo dessa situação. Então, são conquistas.

Mas o que quero dizer neste pouco tempo é que nós estamos estabelecendo, eu já vinha fazendo isso, V.Ex^a sabe disso, no Cedeca, sempre apoiava os conselhos tutelares, a equipe toda estava sempre à disposição, tudo que fazíamos era com a presença do conselho tutelar. Depois, como defensora pública geral, designei uma colega para dar uma assistência aos conselhos, e agora estamos com alguns ganhos para mostrar aqui, hoje, da atuação da Defensoria. Não é não, senhores conselheiros?

Nós temos trabalhado muito mais próximos. Há uma afinidade, pela natureza das ações da Defensoria Pública e do atendimento integral às crianças e adolescentes em todos os níveis e graus de jurisdição como defensor, ora como curador especial, como estamos atuando no caso de Monte Santo, porque há conflito de interesses colidindo entre as crianças e os guardiães, não os pais, na verdade. E, a gente tem, por conta disso, de ter um atendimento ao público, o que favorece uma aproximação. E tenho recebido muitos conselheiros tutelares para resolver problemas que eles têm dificuldade de interpretar. E vamos tentando esclarecer esses problemas que eles vivenciam.

Mas recebi um relatório que me causou muita surpresa e indignação – estamos nos debruçando sobre ele para tomar as medidas cabíveis contra o Executivo municipal –, porque é um descaso o que está acontecendo com os conselheiros de Salvador, com a total falta de infraestrutura.

Entretanto não basta falar só dessa falta de infraestrutura. Temos de buscar, todos juntos – peço o apoio de V.Ex^a e do Ministério Público –, as condições para que eles possam trabalhar. Sem isso, não podem ser proativos, e eles têm de ser. Não concebo um conselheiro tutelar sentado na sua carteira; ele tem de sair e buscar a demanda. (Palmas)



Os direitos humanos são construídos, eles não estão prontos e acabados. Já diziam os filósofos, tanto os de épocas passadas quanto os mais recentes e os atuais, que temos de buscar onde estão as demandas. E a todo instante as crianças e adolescentes estão sendo transgredidas nos seus direitos.

Anteontem, aconteceu uma captação junto à Sedes para a questão do SIPIA, quando conversei com conselheiros tutelares de alguns municípios. Todos eles também reclamavam da falta de infraestrutura. E o que mais me admira – por isso fico muito feliz nessa defesa – é que eles exercem suas competências com competência. Eles se esforçam, estudam, buscam as fontes para poderem atender dentro dos limites das suas competências.

Felizmente, conseguimos fazer com que a defensora pública da Infância, que já faz um atendimento, todos os dias, às demandas da criança e do adolescente, também tenha espaço e tempo para atender os conselheiros tutelares. (Palmas) Gostaram, não é? (Palmas e risos)

Também vamos desenvolver uma capacitação, a exemplo do que está fazendo a Defensoria do Rio de Janeiro, estabelecendo um fluxo de atendimento entre o que a Defensoria precisa do Conselho Tutelar e entre o que o Conselho Tutelar precisa da Defensoria Pública. E aí vamos ter os tempos certos, de acordo com as possibilidades deles e nossas, de verificarmos essas práticas e a teoria. E aí se estabelece esse fluxo. Já estamos trabalhando nesse sentido.

E nesse atendimento há pouca assistência, porque acho, deputada, que o Conselho Tutelar deveria ter psicólogo e assistente social. Precisamos reivindicar, no mínimo, assistente social. (Palmas) E à medida que as nossas puderem oferecer, nós vamos fazê-lo. Providências no sentido de avaliar e tomar as medidas, inclusive judiciais, se forem necessárias. Já estamos nos debruçando sobre a análise do relatório que nos foi encaminhado, porque é necessário que se tome uma atitude.

Já foram inseridos, e isso encantou toda a equipe, atores governamentais e não governamentais que estão preparando-se para os megaeventos. Tomando como exemplo o Carnaval de 2013, eles participaram ativamente da construção. Repito, encantou a todos nós



a atuação, a competência, a presença e as opiniões deles. E assim construímos os fluxos operacionais que vão atender. E a porta de entrada são os agentes da Polícia Militar. Não foi isso, senhores e senhoras? Enfim, foi considerada uma atuação muito positiva.

E quero dizer também que falta a intersetorialidade, além da falta de infraestrutura e de condições dignas para trabalharem. E atentemos para a prioridade absoluta que tem de se dar à criança e ao adolescente, sujeitos de direitos em condições de desenvolvimento que chegam lá com suas mães. No entanto faltam as condições para os conselhos tutelares atuarem e receberem essas pessoas.

A intersetorialidade, a interdisciplinaridade não há, mas há muita cobrança, deputada, para isso. Apesar de tudo o que eles passam, notamos que existe muita cobrança, muita exigência, talvez, pela extensão de suas competências. Mas é natural que se cobre. É natural que os senhores se debrucem sobre essas atribuições tão sagradas que esse estatuto concedeu e determina aos senhores. Reconheçam essas cobranças e não as recebam com indignação, não as recebam com mal-estar, e sim como parte do trabalho, porque isso para não criar arestas nas relações que muitas vezes, cria, sim, deputada, uma certa aresta entre o que se pede deles, o que eles podem oferecer e o que eles não podem oferecer.

Então, é preciso que nós todos tenhamos um olhar conjunto integrado para que eles possam funcionar bem e nós cumprirmos o estatuto e garantir o direito da criança e do adolescente, porque é isso que todos nós queremos.

Parabéns, contem sempre conosco e muito obrigada, deputada. Parabéns à senhora por por esta sessão e a todos que estão aqui presentes.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



4286-II

Ses. Esp. 23/11/12

Or. Normando Batista

Dia Nacional do Conselheiro Tutelar.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Vou passar a palavra para meu amigo e colega, secretário executivo do Conselho Estadual do Direito à Criança e Adolescente, Normando Batista. (Palmas)

O Sr. NORMANDO BATISTA:- Bom-dia a todos e a todas, queria também, quebrando o protocolo, parabenizar na Mesa, na pessoa da minha amiga e colega Maria del Carmen, fomos colegas no Central, grandes tempos do Central, Colégio da Bahia. Entramos na universidade sem pré-vestibular, não precisávamos disso, era escola pública de qualidade. Éramos colegas de sala, e depois continuamos na batalha no social, no PT, nosso partido até hoje, e tenho muita admiração por ela.

E, na pessoa de Antônia, essa guerreira, presidente da ACTEBA, tem a vida dedicada também a essa luta e seus pilares. E parabenizar meus amigos, companheiros, colegas de luta social das crianças e adolescentes, conselheiros e conselheiras tutelares, por quem tenho um carinho muito grande. Ainda ontem, lá em Brasília, estávamos numa reunião com a ministra, com o pessoal formador dos conselhos e o George, que é conselheiro do Rio Grande do Norte, da Executiva Nacional do Fórum de Conselheiros Tutelares, lembrava da minha história, do movimento social da extinção dos dinossauros, do Ecane.

Nós começamos em 1976, ainda antes de o estatuto existir, no Movimento Criança Constituinte, teve a maior emenda popular, mais de um milhão de assinaturas, ele lembrava que na fundação do Fórum Nacional da Assembleia de Criação, já havia disputa política para criação da associação, do fórum, e me indicaram para ser o presidente da assembleia de criação, aquele pepino, não é, como toda disputa, por quê? Porque além de ter uma história com a criança e o adolescente, eu coordenava no Conselho Nacional o GT Tutelar da Criança e Adolescente e fui o responsável pela organização da primeira resolução do Tutelar, a 075, que foi uma resolução, dentro da nossa história, feita de baixo para cima. Nada



poderia baixar uma resolução regulamentando o Conselho Tutelar, nos encontros no Brasil todo, nas cinco regiões, Conselhos de Direitos Tutelares, juízes e promotores para, de maneira participativa, criar a primeira resolução. Hoje, já foi aperfeiçoada com a 113 e a 139.

Então, temos uma história com esse movimento. Já tive um convite, ontem: os conselheiros tutelares da região Nordeste estão criando a União dos Conselheiros Tutelares da Região Nordeste. Eu fui convidado para ser palestrante na assembleia de criação da União dos Conselheiros Tutelares.

Portanto, temos uma articulação direta com essa luta, com essa causa. Então, nasceu o primeiro Conselho Tutelar no Brasil, eu coordenava esse grupo, eu fiz uma comparação que sempre faço. Hoje, o sistema de garantia tem várias pontas, é uma corrente de vários elos, dentro desses elos todos são importantes. Mas destaco sempre a importância, o papel fundamental dos Conselhos de Direito e Conselhos Tutelares, porque o Conselho de Direito tem o papel de formular as políticas, os programas, os projetos, o controle social, e o Conselho Tutelar têm o papel de apresentar as demandas dos direitos e das necessidades e apoiar na elaboração das políticas. Inclusive, é direito e dever assessorar os municípios no orçamento municipal, na proposta orçamentária.

Então, esses dois conselhos têm que estar juntos, muito presentes, e eu sempre dizia que considero, eu digo em todos os lugares, e botei no *folder*, que o Conselho Tutelar é o Procon da criança e do adolescente. Se você tem violação dos direitos na relação de consumo, você vai ao Procon; se há violação ou ameaça de violação, não é só quando a violação já aconteceu, dos direitos da criança ou do adolescente, você vai ao Procon da criança e do adolescente que é o Conselho Tutelar. Ele é a porta de entrada do sistema de garantias. Por isso tenho um carinho muito grande pelo Conselho e acho que é peça fundamental para a criança e o adolescente terem os seus direitos garantidos e assegurados.

Tenho uma notícia boa para vocês. Estávamos no encontro em Brasília ontem, e a ministra, a assessoria do sistema que coordena e assegura a garantia dos direitos, disse que houve a licitação, já foi aprovado, a *Fiat* ganhou – não é propaganda da *Fiat*, e será dado a



cada Conselho o chamado *Kit* Conselho, não tenho outro termo para dizer, que é um veículo e computadores de qualidade para que os conselhos tutelares possam trabalhar com qualidade. (Palmas) Como dizem, nós, que somos jurássicos, entendemos que para garantir os direitos da criança e do adolescente é fundamental o Conselho Tutelar e, lógico, uma parceria com os demais órgãos – principalmente com o Ministério Público, que tem o papel de fazer cumprir a lei, como missão constitucional.

O primeiro passo é fazer os conselhos funcionarem. Infelizmente, neste País, apesar dos 22 anos do ECA, ainda temos conselhos de direitos que não funcionam adequadamente, não fazem seu papel, não formulam políticas, não discutem orçamento, não formulam projetos e programas, não fazem controle social. Há conselhos tutelares que só existem no papel, como falou a nossa promotora, que ainda têm que fazer os encaminhamentos manuscritos, não têm um telefone, não têm acesso à *internet*, não têm a condição mínima ideal. Por exemplo, há um município aqui no Estado da Bahia, não vou citar o nome, onde 87% da população estão na zona rural. Pressupõe-se que mais ou menos a mesma proporção de crianças e adolescentes estejam na zona rural. O Conselho Tutelar tem um carro, dias de quartas-feiras, cedido pelo Bolsa Família para ir à zona rural. A violação de direitos da criança e do adolescente não acontece só nas quartas-feiras, só em um dia da semana. Então, esse Conselho não tem como fazer o seu papel, cumprir o seu papel, a sua missão, que é zelar pelos direitos da criança e do adolescente.

Gostaria de discordar um pouquinho da nossa promotora. Acho que temos de falar bem desse estatuto com todos os problemas que nós temos. É uma lei avançada. Temos conquistas, apesar de mil e uma dificuldades, que não podemos esquecer. Por exemplo, hoje temos um combate, um movimento nacional contra a exploração sexual. Isso era visto como algo normal, era colocado debaixo do tapete. Hoje já causa indignação e já é crime. A sociedade já tem outra visão. Com relação ao trabalho infantil, que era defendido, hoje temos uma cultura de que é crime. Sempre dizia lá no Conanda que trabalho de criança e adolescente é dever escolar. Já há uma cultura de combate ao trabalho infantil. Já temos o Sinase, cuja construção foi uma luta. Levaram-se doze anos, estávamos ainda no Conanda,



para se construir o Sinase. Já tenho a legislação, é lei nacional, já tenho o Plano Nacional, a Bahia já tem o Plano Estadual – saímos na frente, nossa secretária. Há estados que ainda nem pensaram nisso, mas já temos Plano Estadual de medidas sócio-educativas.

Então, temos conquistas e avanços e não podemos deixar de comemorar. E não podemos deixar de comemorar o Dia dos Conselhos Tutelares porque com todas as dificuldades são guerreiros e têm feito o seu papel. Acho que o mais significativo foi o depoimento da adolescente aqui quando disse como o Conselho Tutelar, com toda precariedade, foi importante na vida dela. Vocês estão de parabéns, contem conosco nessa luta, contem com a Seca, a secretária tem se empenhado bastante em dar condição de trabalho. Precisamos fazer funcionar o sistema de garantia de direitos, porque, infelizmente, perdoe-me, Marcelo, tenho a maior admiração por você, ainda temos juízes que são menoristas, que ainda têm saudades do Código de Menores, que andam botando por aí toque de recolher, ferindo o direito de ir e vir, ferindo o ECA, que diz que a criança e o adolescente devem ser apreendidos em caso de delito flagrante de ato infracional.

Temos garantido o sistema de Monte Santo que não funcionou. Os agentes públicos foram os responsáveis pelo sequestro oficial daquelas crianças, ferindo toda a legislação, a convenção internacional, o estatuto, a Constituição federal, a lei de adoção. Desculpe-me, promotora, não é o Judiciário, não é o Ministério Público, mas juizes e promotores, que deveriam garantir direitos, foram agentes violadores de direitos, decretaram o sequestro de crianças e adolescentes com a visão do Código de Menores de que as famílias eram pobres. Mas temos que elogiar também. Nós assinamos um documento no Conselho Nacional. Fomos ao Conselho Nacional de Justiça, ao Ministério Público, elogiamos o sistema de garantias de direito de Ruy Barbosa, porque no momento em que houve o absurdo da violação de direitos, as garotas foram violentadas por uma banda de pagode de marginais e, infelizmente, uma juíza decretou o *habeas corpus* e eles já estão em liberdade. Mas, lá, naquele momento, a Polícia Militar fez a prisão em flagrante, o delegado fez o boletim de ocorrência, o Ministério Público encaminhou o inquérito, a juíza decretou a prisão, os conselheiros tutelares fizeram o seu papel: acompanharam as adolescentes desde o



início, aplicaram as medidas de proteção. O CMDCA de lá e a prefeitura tomaram as medidas cabíveis, ou seja, o sistema de garantias funcionou e quando ele funciona os direitos são assegurados.

Infelizmente, uma juíza concedeu *habeas corpus*, mas nós já entramos com um processo em nível nacional, o Conansa já tomou uma posição, o Ministério Público nacional e o STJ, porque o STJ afirmou que estupro é crime hediondo e os autores têm que responder em regime cautelar, em regime fechado, não podem estar em liberdade. Esperamos que o Tribunal de Justiça da Bahia faça o seu papel, o Ministério Público também, e que esses marginais sejam presos e respondam em regime fechado.

O pior vocês precisam saber. As adolescentes sexualmente violentadas, foram violentadas porque foram retiradas do seu município, das suas raízes, estão sob a proteção do PPCAM que é o Programa Para as Crianças Ameaçadas de Morte. Queria colocar isso aqui porque é importante que a Assembleia Legislativa, deputada, a Comissão de Direitos Humanos, também entrem nessa pressão que já está em nível nacional para que os marginais que estupraram as adolescentes respondam em regime fechado.

Para finalizar, sou muito pontual, gosto de cumprir o tempo e os prazos, quero dar os meus parabéns aos conselheiros e conselheiras tutelares que apesar de todas as dificuldades têm cumprido o seu papel. Contem com o Ceca, com o Fórum DCA, com a nossa secretária, porque temos certeza de que vocês com dificuldades atuam muito bem, com as adolescentes demonstraram isso. Se dermos as condições necessárias vocês serão brilhantes.

E, por favor, vamos acabar um negócio que eu vejo muito por aí nos municípios, brigazinhas bobas de vaidades e egos entre os Conselhos de Direitos Tutelares. Não pode existir um sistema de garantias se esses dois órgãos não estiverem em harmonia. Porque o Conselho Tutelar leva as demandas, provoca o Conselho de Direitos para funcionar, o Conselho de Direitos tem que fazer os programas, as políticas, para que viabilize a garantia dos direitos dos adolescentes.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

Parabéns pelo dia de vocês! Contem conosco no Ceca e nas lutas da militância. Estou no Ceca, é um cargo, mas antes de estar no Ceca sou militante dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes. Parabéns! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



4287-II

Ses. Esp. 23/11/12

Or^a Antônia Luzia

Dia Nacional do Conselheiro Tutelar.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Queria pedir desculpas aos demais membros da Mesa, antes de passar a palavra para eles, porque eu queria que, nesse momento, ouvíssemos a cantora Gilmelândia. Ela está aqui desde muito cedo e tem um compromisso agora. Chegou aqui antes da 9 da manhã, o início da nossa atividade atrasou por demais. E eu queria muito agradecer a sua presença nesta Casa que veio nos prestigiar e aos conselheiros tutelares com a sua belíssima voz.

A Sr^a Gilmelândia:- Bom-dia. Eu que fico feliz.

Hoje, eu acordei feliz. Existe uma frase em minha vida que eu sempre digo por onde passo: O maior investimento da gente é na vida do outro. Então quando eu recebi o convite eu disse, não, vou na hora.

Estou muito feliz por estar aqui. Parabéns a todos vocês porque vocês estão investindo no futuro do planeta que são as crianças e os adolescentes. Fico muito feliz por participar dessa batalha aí junto com vocês todos.

Vou cantar essa música que por *e-mail* me pediram. Tem tudo a ver com todos nós.

(Apresentação de Gilmelândia.) (Muitas palmas)

A Sr^a Gilmelândia:- Muito obrigada. E é assim que a gente segue a vida. É preciso amor mesmo para poder pulsar e é preciso paz para poder sorrir. Certo dia, um homem me perguntou em uma entrevista: “Gil, se hoje fosse 2075, o que você gostaria que acontecesse no planeta?” Eu pensei bem: “Poxa, se eu falasse para acabar as guerras... Como irão acabar as guerras?” Era uma pergunta muito complicada para dar uma resposta. Pensei bem e lhe respondi: “Eu quero que o amor esteja em todos os corações de todos os seres humanos na face da terra, porque não haverão mais guerras e maus-tratos com o amor. O amor salvará a humanidade.” Esta é a mensagem que deixo para vocês.

Um grande beijo e obrigada.



(Muita palmas)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmem):- Obrigada, Gil, pela sua belíssima voz e apresentação que emocionou a todos.

A Sr^a Gilmelândia:- Sou eu quem agradece.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmem):- Agradeço ao nosso violonista que, ali, acompanhou Gil. Muito obrigada por sua presença e por estar aqui conosco a dar este presente maravilhoso.

Passo a palavra a Antônia Luzia, presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares e ex-conselheira do Estado da Bahia.

A Sr^a ANTÔNIA LUZIA:- Quanta responsabilidade, depois de uma voz tão linda, vocês ouvirem a minha. Fazer o quê?

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por estarmos aqui. Cumprimento a Mesa, na pessoa da deputada Maria del Carmen, pelo compromisso de acreditar nos Conselhos Tutelares e fazer esta justa homenagem hoje; Mara Moraes, representando o governador do Estado, nossa secretária, por quem tenho um carinho imenso, minha colega que hoje é minha chefe, parabéns e obrigada!

Quero agradecer à cantora Gilmelândia pela parceria, por este compromisso e por acreditar nos conselheiros tutelares, no trabalho dos conselheiros, disponibilizar um tempo e vir homenageá-los. Fiquei surpresa e muito emocionada por representá-los. Como ex-conselheira, estou muito emocionada neste momento. Até por conta de problema de saúde na família também, continuo um pouco abalada emocionalmente com a situação, mas muito feliz em ver os conselheiros tutelares organizando junto com a deputada um momento destes em que são homenageados.

Parabéns à comissão organizadora, à comissão de articulação dos Conselhos Tutelares de Salvador!

Gostaria de saber quem são os conselheiros tutelares que estão aqui. Por favor, se identifiquem. Uma salva de palmas para vocês! É extensivo a todos os ex-conselheiros tutelares que se encontram nesta sessão, aos titulares, suplentes e ex-conselheiros.



Quem são de fato esses conselheiros? São pessoas de compromisso, de coragem, pessoas que têm uma grande responsabilidade, a de zelar pelos direitos de crianças e adolescentes num País, Estado e município onde a violação do direito das crianças e adolescentes é iniciada muitas vezes pelas próprias famílias, pela sociedade e pelo Estado. E esses homens e mulheres guerreiros e guerreiras estão diariamente nas suas comunidades, subindo e descendo pirambeiras, com a esperteza que muitos que têm conhecimento científico não têm. E saem vivos de onde se encontra aquela demanda!

São essas pessoas que são chamadas diariamente para zelar pelos direitos das crianças e adolescentes que sofrem abusos, são explorados, maltratados, estão fora das escolas, em situação de rua, e muitas vezes os seus direitos estão sendo violados também nas suas famílias.

Para cumprir o seu papel no Conselho Tutelar, muitas vezes deixam seus filhos em casa sem dar o café deles e saem correndo sem fazer as suas tarefas diárias para garantir o direito de criança e adolescente e, muitas vezes, seus próprios filhos têm os seus direitos violados dentro de casa por conta do compromisso.

São essas pessoas que estão no dia a dia garantido direitos, que são esquecidas pelo gestor público. Registro a ausência da Secretaria Municipal de Trabalho na área social, a SETAD, que não se faz presente na Mesa. Como uma secretaria, um município em que o conselheiro tutelar faz parte da administração pública mas não é reconhecido pelo próprio gestor municipal? (palmas) Ele nem sequer se faz presente, se faz representar, nem justifica, acredito que não justificou, Sra. Deputada, porque...

(A senhora Diana Borges, da plateia, levanta e interrompe a oradora.)

A Sr^a Diana Borges:- Eu estou representando a Dr^a Virgínia e não fui convidada para compor a Mesa. Em outras reuniões ela não pôde comparecer.

A Sr^a ANTÔNIA LUZIA:- Mesmo assim, agradeço pela sua participação.

Como o governador designou uma secretária para representá-lo neste momento e também se faz presente, o gestor, o secretário, alguém deveria estar aqui para homenagear e lutar pelo município. (Palmas)



São pessoas comprometidas que precisam ser valorizadas, não só essa valorização de estar presente neste momento, mas dar estrutura para que possam dar respostas à sociedade. Toda vez que a demanda continua no Conselho, como a própria promotora informou que não tem uma impressora, estamos prejudicando quem? Aquela criança, aquele adolescente que está ali.

O grande desafio, hoje, ou os desafios que temos de enfrentar se dão a partir do momento em que a sociedade, os municípios, o sistema de garantir direitos entenderem que o Conselho Tutelar tem autonomia na sua função, que não pode ser demandado por qualquer um, que ele pode ser demandado para cumprir com sua função, não para exercer atribuições que não são de sua competência. O gestor público precisa entender que o conselheiro tutelar faz parte da administração pública, é o braço direito daquela administração, e precisa ser valorizado. Numa Secretaria, num órgão de qualquer setor, tem computador, tem impressora, mas no órgão tutelar não tem. Não me refiro só a Salvador, mas a todo Estado da Bahia e todo Brasil. O conselheiro tutelar é equiparado ao servidor público, precisa de estrutura, precisa de políticas públicas para ter retaguarda para atender e dar resposta à sociedade, pois o direito que está sendo violado é o daquela criança que está na comunidade, e o Conselho Tutelar tem a responsabilidade de garantir esse direito.

Mas não é só o gestor, o Ministério Público também tem de cumprir com seu papel, o juiz, a sociedade e os conselheiros, todos nós. É um sistema de garantir direitos para que aquela criança e aquele adolescente tenham seus direitos garantidos.

Mas, por que 18 de novembro? Saiu do nada? Faço recordar que em 2001 houve uma Assembleia, - o Fórum Nacional de Conselhos Tutelares, - em Luiziana, quando vários conselheiros se reuniram e começaram a lutar pela garantia de direitos da criança e do adolescente. Lá, nossa colega Natalete, representando a Bahia, na época, que hoje não é mais conselheira, mas é atuante, conseguiu, e o presidente Lula, em 2007 instituiu, o dia 18 de novembro como o Dia Nacional do Conselheiro Tutelar. Hoje é uma lei, e o dia de se comemorar, mas perguntamos? Temos muito o que comemorar? Apesar de tudo, ainda temos o que comemorar? Apesar de tudo, ainda temos o que comemorar, graças a Deus.



Nós temos que comemorar momentos, como este, em que vemos Gilmelândia disponibilizar um tempo para cantar, participar e ser parceira do Conselho Tutelar; o espaço que a mídia dá para os Conselhos Tutelares; a nova Lei nº 12.696, que, embora precise de alguns ajustes, veio para garantir direitos sociais dos conselheiros tutelares. Isso foi fruto da mobilização das Associações dos Conselhos Tutelares do todo o Brasil, com o Fórum Colegiado Nacional de Conselhos Tutelares.

Nós temos, também, que comemorar, como Normando falou e eu participei esta semana, de terça-feira até ontem, de uma reunião de escolas de conselhos, sobre uma política pública nacional, para que todos os estados tenham uma escola de conselhos.

Lembro que vinha lutando com a associação e com os demais membros para que a escola acontecesse. E a nossa secretária Mara Moraes comprou a briga e, com certeza, nós teremos na Bahia a Escola de Conselhos, para qualificar conselheiros tutelares e conselhos de direitos.

Nós avançamos e temos que comemorar, quando a ministra deixa uma mensagem dizendo: “O Conselho Tutelar é um importante canal e os conselheiros são pessoas importantes que temos, hoje, para garantir direitos de crianças e adolescentes, além dos demais”.

Então, quando vemos uma preocupação dessa vindo, também, da esfera nacional, temos que comemorar! Temos que comemorar com esta luta do Fórum dos Conselhos Tutelares junto com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Como disse Normando, nós estamos correndo para conseguir o quite Conselho Tutelar, que são emendas parlamentares, e aí me dirijo à deputada Maria del Carmen, para que todos os deputados da Bahia, independente do partido, possam estar junto conosco, antes de encerrar no ano, para conseguir recursos para a aquisição desses quites para os Conselhos Tutelares.

Quando vemos políticas nacionais, também é um avanço. Quando vemos a ministra Maria do Rosário pegar um ex-conselheiro tutelar, Marcelo Nascimento, e coloca na coordenação do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Tutelares. Isso temos que comemorar.



Ao vermos a Secretária Maria Moraes convidar-me para trabalhar com ela na SEDS, para fortalecer os Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos. Isso é um avanço.

Eu fui conselheira tutelar por dois mandatos e tenho orgulho por isso. Eu me tornei mais humana; comecei a ter um olhar diferenciado e graças a Deus tenho orgulho de ser ex-conselheira tutelar e posso voltar a ser a qualquer momento, porque gosto de ser conselheira tutelar.

É um desafio. Nós sabemos o quanto é difícil estar conselheira tutelar; a luta de cada um; a falta de valorização; de recursos; de políticas públicas, bem como o valor que o conselheiro tutelar recebe para dedicação exclusiva ao município. Mesmo assim, temos que valorizar e comemorar.

Precisamos avançar. Avançar nas questões das políticas públicas; na estruturação dos Conselhos Tutelares. Precisamos ter autonomia em nossas decisões; a não interferência dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo na atuação do Conselho Tutelar, para que o Conselho Tutelar deixe de ser um testa de ferro; um faz de tudo, como o personagem Severino do programa Zorra Total. Então, cada um fazendo cumprindo suas atribuições para que o sistema funcione.

O que é competência do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e quais são as atribuições dos Conselhos Tutelares. Trabalhar de forma articuladas e com respeito mútuo. É isso que nós precisamos; é isso que a Associação de Conselhos Tutelares exige do Estado e do Brasil.

Mais uma vez, eu quero agradecer a deputada Maria del Carmen por esta oportunidade; a Dr^a Hélia quando ela diz que vem ajudando e nós sabemos desse compromisso. E lembrar que, quando começaram essas homenagens ao Conselho Tutelar, vou lembrar do nosso amigo e parceiro Edilauro, quando no Ministério Público fez um evento em comemoração ao dia do conselheiro tutelar e depois, Dr^a Hélia, não sei se recorda, fez na Defensoria Pública uma homenagem. E todos os anos a Associação dos Conselhos Tutelares vem realizando a homenagem.



Agora, fui surpreendida pela comissão organizadora que fez esse trabalho, assim como o deputado Márcio Marinho realizou uma sessão especial em Brasília em homenagem aos Conselhos Tutelares. Isso é um avanço. Mas precisamos avançar também em relação aos gestores, e o Ministério Público tem um papel fundamental, é o parceiro, é aquele órgão fiscalizador para que tudo possa caminhar no cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quero agradecer à deputada Maria del Carmem por esta homenagem, sinto-me homenageada e também quero parabenizar, mais uma vez, os conselheiros tutelares por este dia, pelo compromisso e dedicação que têm. Continuem assim, vocês são importantes, assim como disse bem Dr. Marcel, os pirilampos que brilham sempre.

Muito obrigada e parabéns a vocês. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



4288-II

Ses. Esp. 23/11/12

Or. Auristela Leal

Dia Nacional do Conselheiro Tutelar.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmem):- Inicialmente quero pedir desculpas à Dr^a Diana Borges Cone, que é a assessora de gabinete que está representando a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social e Direitos do Cidadão. Em realidade, estamos convidando a senhora para fazer parte da Mesa. Ainda no fim do nosso trabalho não estava aqui escrito que era do município de Salvador, então não identificamos. Já a conheço de outra data, mas não sabia que estava representando a secretária Virgínia. (Palmas)

Quero registrar e agradecer as presenças de Lena, assessora da nossa senadora Lídice da Mata, que também é uma defensora da questão da criança e do adolescente. Um abraço para ela, sei que está em Brasília e sei também que Lena tem um compromisso agora; do Conselho Municipal da Mulher e representante dos adolescentes e conselheiros tutelares; da coordenadora da Creche e Escola Tia Maria; advogados presentes; CETAD; Fundac; o vereador de Lauro de Freitas, agora reeleito, Luís Maciel; técnicos da SEDES; Grupo de Amigos de Pessoas com Deficiência, Idosos, Crianças e Adolescentes; Centro de Ação Intersetoriais; CSU de Pernambuco; Academia de Polícia Humanitária Mirim da Bahia; Departamento de Polícia Rodoviária Federal e demais outros que iremos anunciar durante a sessão.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmem):- Como tínhamos cometido um equívoco aqui na nossa listagem, faltou dar a palavra a Auristela Leal, presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Com a palavra a Sr^a Auristela Leal.

A Sr^a AURISTELA LEAL:- Bom-dia a todos, cumprimento a Mesa na pessoa da Ilm^a Deputada Maria del Carmem, a qual o CMDCA parabeniza por esta grande iniciativa. Como alguns dos meus antecessores já falaram, acho que um dos grandes avanços do estatuto é a configuração do sistema de garantias do direito da criança e do adolescente, e



aqui hoje estão presentes alguns integrantes desse sistema. É certamente um dos maiores avanços ao longo desses 22 anos. Além disso, os atores desse sistema devem reassumir coletivamente compromissos aos direitos da criança e do adolescente para que sejam garantidos pela família, pela sociedade e pelo estado como definem a nossa Constituição Federal e o ECA.

Todos os atores do sistema de garantia devem continuar, permanente e continuadamente, no processo de enfrentamento de todas as formas de violação dos direitos da criança e do adolescente. Esta deve ser uma luta diária, inclusive, pela destinação de recursos públicos e privados, controlados pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, uma vez que políticas públicas são efetivadas com recursos financeiros e com competência técnica.

O CMDCA e os conselhos tutelares não são concorrentes, pois são atores com atribuições diferentes, mas complementares. Cada qual tem o seu papel e as suas responsabilidades. Para a integração das ações conjuntas, é importante o conselho na formulação e deliberação das políticas de acordo com o perfil da demanda verificada; e o Conselho Tutelar em requisitar, encaminhar, acompanhar e em fiscalizar o cumprimento da proteção integral.

Continuem, conselheiros tutelares, acolhendo bem. Tenho certeza de que, no relato da adolescente Tairene, isso fez a diferença, ou seja, o acolher, o ouvir na escuta qualificada. Isso ficou muito forte aqui em suas declarações. Então todas as vezes que isso acontecer, vocês, também, estarão cumprindo o seu papel.

Parabéns a todos. Nós continuamos nesta luta diária. Como disse Normando, não pode haver desarmonia. Existe a divergência, mas devemos ter o foco, que é a luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Portanto isso deve ser motivo de qualquer superação.

Muito obrigada a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



4289-II

Ses. Esp. 23/11/12

Or. Diana Borges

Dia Nacional do Conselheiro Tutelar.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Convido a Sr^a Diana Borges para fazer uso da palavra por 5 minutos.

A Sr^a DIANA BORGES:- Bom-dia a todos e a todas.

(Lê) *“Preliminarmente, cumprimento a Mesa e a todos aqui presentes na pessoa da Sr^a Virginia Maria Maia Baptista, secretaria da Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão do Município de Salvador. Registro, especialmente, o nosso agradecimento e a nossa alegria ao convite da Ilm^a Sr^a Maria del Carmen, deputada estadual, para compor, com imensa satisfação, esta Mesa da sessão especial em comemoração ao Dia Nacional do Conselheiro Tutelar.*

Parabenizo, também, a organização deste importante evento que tem como objetivo homenagear todos os conselheiros tutelares que exercem, diariamente, um imprescindível papel na implementação de políticas públicas de atendimento e de medidas protetivas das crianças e dos adolescentes.

Diante do cenário atual em que vivemos no enfrentamento de situações irregulares de adoção e tráfico de crianças, é admirável a iniciativa desta Assembleia, no intuito de promover esta homenagem, a fim de valorizar e ressaltar a importância dos conselheiros que enfrentam, constantemente, diversos desafios na luta de proteção às crianças e aos adolescentes, especialmente, àquelas que se encontram em situação de risco e em situação de vulnerabilidade social.

Vale salientar que a secretaria, o município e a sociedade civil, em conjunto, vêm dispendendo esforços no sentido de reforçar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase – e garantias de direitos fundamentais aos cidadãos.”

Nós temos plena consciência disso. Eu faço parte da assessoria aos conselhos. Algumas pessoas, aqui, já me conhecem. Reconheço as dificuldades que vocês enfrentam.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

Não estamos medindo esforços para atendê-los da melhor maneira possível no desempenho do trabalho de vocês. Com todas as dificuldades, vocês podem contar com a nossa colaboração e o nosso apoio.

Muito obrigada. (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Muito obrigada, Dr^a Diana.

(Não foi revisto pela oradora.)



4290-II

Ses. Esp. 23/11/12

Or. Mara Moraes

Dia Nacional do Conselheiro Tutelar.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Antes de a nossa secretária falar em nome do Exm^o Sr. Governador Jaques Wagner, queria agradecer e apresentar Wilson e Renilda que farão uma homenagem. Ressalto o meu agradecimento pela parceria na realização deste evento, pois, sem vocês dois, nós não conseguiríamos fazer este evento. Sem vocês dois a gente não conseguiria realizar este evento. Então, quero agradecer a esses dois conselheiros tutelares que se reuniram com a nossa assessoria, para que essa sessão especial pudesse acontecer.

Gostaria também de convidar Daniele para apresentação de um monólogo.

A Sr^a Renilda Sales:- Bom dia a todos e a todas. Cumprimento a Mesa na pessoa da deputada Maria del Carmem. É um grande alegria estarmos aqui nesta manhã, porque em meio a tantas lutas, há momentos também de vitórias.

Comentei com o Wilson e com os demais colegas que hoje é uma dia de comemoração, de homenagem. Os lamentos ficam para outros dias, ok? Estamos, na verdade, honrados por estarmos aqui com esse privilégio de participar do primeiro ato aqui na Assembleia Legislativa. Então é um marco, uma dia especial para todos nós.

O Sr. Wilson dos Santos:- Bom-dia a todos e a todas. Gostaria de saudar a ilustríssima deputada Maria del Carmem, que está conosco na realização desta sessão especial, juntamente com a Comissão de Divulgação dos Conselhos Tutelares de Salvador, os nobres companheiros conselheiros tutelares, suplentes e ex-conselheiros, representantes de entidades que se fazem presentes nas comunidades locais que atendemos que também estão aqui. Um bom-dia a todos e muito obrigado por estarmos participando desta homenagem aos conselheiros tutelares.

(Apresentação de Jogral)



A Sr^a Renilda Sales:- Queremos parabenizar também não somente os conselheiros tutelares que estão atuando como os ex-conselheiros tutelares que estão aqui presentes, agradecemos muito, porque aprendemos na verdade, deixaram um grande legado. E tudo que passamos hoje, a nossa atuação veio de lutas de conselheiros do passado.

Parabéns conselheiros pelo seu dia! (Palmas)

A Sr^a Renilda Sales:- Agora vamos ter um momento especial também na nossa comemoração com a conselheira Daniele que estará representando um caso real atendido por nós no Conselho.

(Apresentação do monólogo.)

A Sr^a Renilda:- Agradecemos a conselheira Daniele por essa representação que é uma realidade todos os dias, cada conselheiro passa por essa vivência e sabemos que é um órgão ainda pouco reconhecido mas sabemos da grande importância, foi falado por uma adolescente que esteve aqui e outras mais que pudessem estar aqui iam dizer da grande importância do conselheiro tutelar.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Quero registrar e agradecer a presença do deputado federal Márcio Marinho; Janderson Louvres, assessor do deputado; registrar o abraço a todos os conselheiros tutelares, do deputado Yulo Oiticica que justificou a sua ausência mas está aqui representado pelo assistente social Valdomiro Franco; agradecer também a mensagem do deputado Hebert Barbosa que está viajando mas parabeniza todos os conselheiros tutelares, deputado da região de Barreiras.

Passo a palavra à secretária de ação social do Estado da Bahia, Mara Moraes de Carvalho Mota, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia e que representa neste ato o Sr. Governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner.

A Sr^a **MARA MORAES**:- Bom-dia a todos e a todas, quero trazer o abraço e o compromisso com a proteção integral à criança e ao adolescente do nosso governador Jaques Wagner, a quem tenho a honra de representar, desse lugar, dado o adiantado da hora não posso me dirigir a cada um dos integrantes da Mesa, quero saudá-los na pessoa da nossa querida deputada. Quero dizer, deputada, da nossa alegria em ver uma mulher sempre



pautando este espaço, a Casa do Povo, com temas que ampliam o exercício da cidadania, dando significantes exemplos à sociedade. Costumo dizer que a deputada Maria del Carmen é a nossa engenheira da cidade dos direitos, pela forma como ela encaminha esse processo de construção de sujeitos de direito.

Fizemos aqui, pela deputada, uma sessão belíssima com a população em situação de rua, um marco histórico em nosso Estado e neste País. Quero saudar cada conselheira e ex-conselheira, cada conselheiro e ex-conselheiro, os demais presentes. Saudá-los pelo seu dia, mas, sobretudo, pela atitude corajosa, comprometida, humana, e dessa capacidade em ver em cada criança, em cada adolescente, um filho seu. Para o verdadeiro conselheiro tutelar ou conselheira tutelar não existe filho do outro, é um ser que está dentro do coração. E é desse lugar que os senhores e as senhoras encontram a força necessária para lidar com toda a precariedade da estrutura e ser o que Tairine tão bem expressou aqui hoje. (Palmas) Quero parabenizar você, Tairine, pela coragem, companheirinha, de você vir aqui colocar a sua história, reconhecer isso é muito bacana.

Dizer, companheiras, permitam-me chamá-las assim, e companheiros, que vocês integram e são parte principal de um projeto político configurado no seio da sociedade e refletindo a prática de vários setores da sociedade, que consegue tirar o tema criança e adolescente de uma política extremamente desagregadora, institucionalista e que apresentava as formas mais perversas de condução ao abandono, à negligência, que era o Código do Menor, e colocar como prioridade absoluta no campo da proteção integral pela sociedade, pela família e pelo Estado.

Foi esse processo, construído a várias mãos e que perpassa várias instituições, que permitiu, com o ECA, dizer do Conselho Tutelar: é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade civil de zelar pelos direitos da criança e do adolescente conforme definido em lei.

Então, percebemos, minha querida deputada, que é um órgão. Se é um órgão, faz parte de um organismo, tem uma função especial, e uma função de Conselho Tutelar que é



amplamente reforçada. De um lado, a sociedade, a comunidade de vocês, que os escolheram para cuidar dos seus filhos e, às vezes, até como se fossem os seus próprios filhos.

Tem uma lei que define a responsabilidade, a estrutura que precisa para isso. E depois diz: permanentes e autônomos. Isso quer dizer que não depende desse ou daquele gestor público, não depende dessa ou daquela gestora pública, não depende desse ou daquele juiz, é permanente. E é autônomo, não precisa pedir autorização nem a prefeito, nem a juiz, nem a promotor, nem a deputado. Agora, autônomo é o Conselho, não é isso? Porque os conselheiros são no coletivo, a decisão é do coletivo. E aí diz não jurisdicional. Não cabe dizer sentença.

Então, qual é a lógica da atuação? Não é decretar medida. A lógica é um projeto social, ético, humanitário. E diz assim: zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme definido em lei. E a lei está dizendo quem é essa criança, quem é esse adolescente.

Eu acho bacana zelar, porque zelar não é denunciar. Então, conselheiras e conselheiros, meus queridos conselheiros e conselheiras, vocês têm um papel muito maior. O que a gente espera é que a criança não precise ter os seus direitos violados para ter aquilo que é dela por direito, a proteção social.

Então, o papel de cada conselheira e conselheiro é como vai construir, é como vão se articular os diferentes órgãos que integram o sistema de garantia que foi instituído a duras penas para garantir a essa criança, de forma prioritária, como sujeito e de direito.

Fico pensando: como é que a gente vai construir esse diálogo do conselheiro tutelar com o conselho de direito, com os CRAS?. Como é que o conselheiro tutelar vai influenciar o conteúdo que os CRAS vão trabalhar nos seus programas de atenção integral à família? Como ele vai se articular com o Conselho de Educação? Com o Conselho de Saúde? Como ele vai discutir a política de habitação, porque está lá como direito da criança um espaço amplo para se desenvolver.

Quero dizer, conselheiros, que cada um de vocês tem uma missão muito nobre e um espaço requerendo ser ocupado por quem tem esse compromisso que os senhores têm.



Bernardino tem uma frase que diz assim: “É importante ter apreço pelo mundo real, porque só tendo apreço, só quem conhece o mundo real, só quem conhece onde as coisas de verdade acontecem pode trazer para quem formula a política as adequações que essa realidade requer para dar conta da demanda da sua população.” Porque o governo democrático, como nós elegemos, se compromete, cria procedimentos. Nós avançamos. A companheira Antônia ali fala, nós aqui, o governo da Bahia, porque a política do Conselho Tutelar é municipal, mas mesmo assim tentamos apoiar o município. Doamos 300 computadores, e desses 50 até hoje os prefeitos não foram pegar.

Nós nos esforçamos pela questão da escola de conselho. Graças a Deus, estamos juntos. Já mandamos a proposta, já foi aprovada pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Pegamos emprestado de vocês, a companheira Antônia, para estar dentro da Secretaria fortalecendo essa estrutura de apoio aos conselhos tutelares.

Só que a sociedade civil é plural na sua morfologia, e ela não cabe nas normas, nos procedimentos se eles não forem continuamente ajustados por quem vive essa realidade. E acho que ninguém como o conselheiro tutelar, a conselheira tutelar - e aqui me permita como agente de saúde - conhece tão bem as necessidades do nosso povo. Porque viam lá no domicílio, porque aquelas pessoas que eles atendem não são apenas um nome, uma identidade ou um CPF. É uma fisionomia, uma história de vida.

Companheiros, é dessa parceria que precisamos para na gestão dar o tom e a intensidade da política de proteção integral às nossas crianças e aos nossos adolescentes. Estamos à disposição, e podem contar conosco. (Palmas!)

(Não foi revisto pela oradora.)



DL-02

Ses. Esp. 23/11/12

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Obrigada, secretária.

Já estamos quase concluindo a nossa sessão especial. Queria convidar o deputado federal Márcio Marinho e a nossa secretária para entregarem a Antônia Luzia dos Santos uma homenagem da Assembleia, através do nosso gabinete, um diploma desta data. Todos os demais conselheiros tutelares aqui presentes, e ex-conselheiros, receberão homenagem semelhante como lembrança desta sessão especial.

(É feita a entrega da homenagem) (Palmas)

Teremos ainda um vídeo e encerraremos com o hino do conselheiro tutelar.

Só queria agradecer as palavras, a presença da nossa secretária Mara, da nossa companheira e amiga Hélia, meu companheiro e amigo Normando, da Dr^a Isabel, Marcel, dos nossos representantes da Aeronáutica e Polícia Militar que tem um papel importante nesse processo de aliados, da construção desse apoio aos conselheiros e a toda a política de proteção da criança e adolescente; Auristela, nossa Diana, pedir desculpas mais uma vez; Antônia e especial agradecer a Tairine pelo seu depoimento, a Daniele por seu monólogo aqui, que emocionou, quando você deixar de ser conselheira tutelar, com certeza, vai virar atriz, porque demonstrou claramente a sua capacidade de representar; a Wilson e a Renilda pelo apoio que nos deram e pela sua fala aqui.

Parabenizar, mais uma vez, cada um e cada uma dos conselheiros e das conselheiras tutelares, dizer que saímos daqui, hoje, muito felizes por essa sessão, quem foi brindado nesta manhã fomos nós que estamos aqui, foi nosso gabinete, fomos todos nós nesta Casa que tivemos a possibilidade de ter aqui a fala de tanta gente comprometida com a questão da criança e do adolescente, que foi ter vocês aqui nesta Casa que se abre para receber, mais uma vez, ter como tema principal a questão da criança e do adolescente, vários deputados que existem aqui e que têm compromisso com esse tema. Nós é que ganhamos com essa possibilidade de estar aqui, hoje, com isso.



A Assembleia, através do canal fechado, está sendo transmitida a sessão especial, portanto, outros terão a possibilidade de tomar conhecimento daquilo que estivemos aqui vendo e ouvindo e ter a certeza de que tanto as autoridades que estão aqui nesta mesa, que têm compromisso, de fato, com a questão da criança e do adolescente, que demonstraram nas suas falas, nos seus pronunciamentos esse compromisso e esse desejo de estar ao lado da construção daquilo que a gente quer de fato, que é garantir as nossas crianças e adolescentes uma perspectiva de futuro de fato.

Acho que vivemos um momento neste Brasil, na Bahia, diferenciado, um momento em que, como disse a nossa secretária, as políticas públicas se transformam em coisas concretas, reais. A gente sabe, ainda, das deficiências e das necessidades que ainda temos que superar, mas sabemos que tem gente numa secretaria, e em diversos outros locais deste Estado que tem compromissos reais. Então, isso nos acalenta com a perspectiva de que cada vez mais nós estaremos avançando.

E a vocês, conselheiras e conselheiros, parabenizá-los por esse trabalho incessante.

A nossa secretária Mara disse aqui algo que é extremamente importante, e que está muito claro nos dois depoimentos que ouvimos aqui, o depoimento da adolescente e no depoimento citando um caso de um adolescente. Esse comprometimento com aquilo que vocês estão fazendo, essa relação diferenciada de olhar para a criança e para o adolescente que vai visitar, que vai estar no Conselho Tutelar, e que vocês vão, como Hélia coloca, com a necessidade de buscar essa ação, buscar essa criança, esse adolescente que está em situação, não apenas aguardar que ele vá no Conselho Tutelar, mas tratá-lo como se estivesse vendo nele um filho seu, alguém que você pode dar essa forma de proteção, não assistencialista, mas com a vontade e o desejo de garantir que ele tenha os direitos que são a ele assegurados por lei, e que todos nós queremos que sejam de fato, cumpridos.

Então, concluindo, quero chamar agora Wilson e Renilda para apresentarem o vídeo e depois nos brindarem com o Hino do Conselheiro Tutelar que está aí no *folder*.



A Sr^a Renilda Sales:- Quero agradecer à deputada Maria del Carmem por esse privilégio de estarmos aqui na Assembleia Legislativa.

Ainda em comemoração ao Dia do Conselheiro Tutelar estaremos passando agora um pequeno vídeo.

(Apresentação do vídeo) (Palmas)

O Sr. Wilson: Convoco agora todos os conselheiros a ficarem de pé.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen): - Wilson, antes de você iniciar, queria destacar que no próximo 28 de novembro, na quarta-feira, o Ministério Público, atendendo solicitação, realizará, no prédio de Nazaré, o curso de Capacitação de Conselheiros Tutelares de Salvador e Madre de Deus por parte dos promotores de Justiça da Infância e Juventude de Salvador. O evento se realizará durante todo o dia no auditório do Ministério Público em Nazaré. Dia 28, um curso de Capacitação de Conselheiros Tutelares de Salvador e Madre de Deus, promovido pela promotoria da Infância e da Juventude de Salvador, no auditório do Ministério Público em Nazaré.

O Sr. Wilson: - Todos estão com o *folder*. No fundo, vocês encontrarão o Hino Nacional dos Conselheiros Tutelares. Convido todos a ficarem de pé para que possamos cantar esse hino.

(Execução do Hino Nacional dos Conselheiros Tutelares.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço a presença das autoridades civis, militares e eclesiásticas, das Sr^{as} e Srs. Deputados, da imprensa. Agradeço às taquígrafas, aos servidores desta Casa, ao nosso gabinete, ao Wilson e à Renilda que nos apoiaram nesta manhã.

Declaro encerrada esta sessão.